



INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

E APLICABILIDADE PRÁTICA NO DIREITO

COORDENAÇÃO:
VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO
MARCUS LIVIO GOMES

ORGANIZAÇÃO:
DORIS CANEN



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro Luiz Fux

Corregedora Nacional de Justiça

Ministra Maria Thereza Rocha de Assis Moura

Conselheiros

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Mauro Martins

Salise Sanchotene

Tânia Regina Silva Reckziegel

Richard Pae Kim

Marcio Luiz Freitas

Flávia Moreira Guimarães Pessoa

Sidney Pessoa Madruga

Mário Henrique Aguiar Goulart Ribeiro Nunes Maia

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral

Valter Shuenquener de Araujo

**Secretário Especial de Programas,
Pesquisas e Gestão Estratégica**

Marcus Livio Gomes

Diretor-Geral

Johaness Eck

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretária de Comunicação Social

Juliana Mendes Gonzaga Neiva

Chefe da Seção de Comunicação Institucional

Rejane Neves

Projeto gráfico

Eron Castro

2022

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 CEP 70070-600

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

PREFÁCIO	7
NOTA À 1ª EDIÇÃO	11
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A PLATAFORMA DIGITAL DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	13
<i>Alexandre Libonati de Abreu</i> <i>Anderson de Paiva Gabriel</i> <i>Fábio Ribeiro Porto</i>	
PROGRAMA "JUSTIÇA 4.0" E A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO	31
<i>Candice Lavocat Galvão Jobim</i> <i>Ludmila Lavocat Galvão</i>	
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, BIG DATA E OS NOVOS LIMITES DA DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA	47
<i>Dante Tomaz</i> <i>Leonardo Netto</i> <i>Valter Shuenquener de Araujo</i>	
UM DIÁLOGO SOBRE A TRIBUTAÇÃO DE TRANSAÇÕES DIGITAIS	77
<i>Eduardo Sousa Pacheco Cruz Silva</i> <i>Larissa Sousa Pacheco Cruz Silva</i>	
A "CORRIDA MALUCA" DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO	103
<i>Fábio Ribeiro Porto</i>	
NOVOS PARADIGMAS DO ACESSO À JUSTIÇA COM O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	131
<i>Flávia Moreira Guimarães Pessoa</i> <i>Alessandro de Araújo Guimaraes</i>	
REFLEXÕES SOBRE A APLICAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO APOIO ÀS DECISÕES JUDICIAIS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	153
<i>Humberto Martins</i>	

A PLATAFORMA SINAPSES E A CONTINUIDADE DOS MODELOS DE IA NO PODER JUDICIÁRIO	169
<i>João Carlos Murta</i>	
<i>Marcos Vinícius Jardim Rodrigues</i>	
O ESTADO DA ARTE DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO	187
<i>Luis Felipe SaTomão</i>	
<i>Renata Braga</i>	
É POSSÍVEL REGULAMENTAR A IA SOB UMA VISÃO TRADICIONAL DO DIREITO?	201
<i>Luiz Fernando Bandeira de Mello</i>	
<i>Juliana Silva Menino Alencastro Veiga</i>	
<i>Bruno Crasnek</i>	
BLOCKCHAIN COMO MECANISMO DE TROCA DE INFORMAÇÕES E RESOLUÇÃO DE DISPUTAS NA ÁREA TRIBUTÁRIA	221
<i>Marcus Livio Gomes</i>	
<i>Doris Canen</i>	
POLÍCIA JUDICIAL, SEGURANÇA INSTITUCIONAL E INDEPENDÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO	247
<i>Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro</i>	
<i>Tatiana Almeida de Andrade Dornelles</i>	
A GESTÃO DE PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) APOIADA NA UTILIZAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)	269
<i>Pedro Felipe de Oliveira Santos</i>	
<i>Marcelo Ornellas Marchiori</i>	
PRINCÍPIOS ÉTICOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E O PODER JUDICIÁRIO	293
<i>Rubens Canuto</i>	
<i>Luciane Gomes</i>	
TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO	313
<i>Trícia Navarro Xavier Cabral</i>	
<i>Hiasmine Santiago</i>	
A PROPRIEDADE INTELECTUAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA: UM NOVO RESPLANDECER PARA O PODER PÚBLICO	345
<i>Walter Godoy dos Santos Junior</i>	
<i>Rodrigo Capez</i>	